

OS FATORES E PROCESSOS HISTÓRICOS PERTINENTES AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E URBANÍSTICO DA CIDADE DE MARTINS-RN

Diego Silva Costa ¹
Jassira Rodrigues Pereira ²
Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros ³

RESUMO

O presente artigo, estruturando-se a partir de material bibliográfico presente em acervo local, contextualiza com os períodos históricos do Brasil a situação socioeconômica e cultural de Martins. Objetiva-se analisar como se deu o processo evolutivo da pequena cidade, pois desde sua fundação até o fim do século XIX mudou significativamente. Os reflexos desses fatores estão na economia e interações intermunicipais, ressaltando a malha viária como principal catalisador, visto que as estradas carroçáveis eram vias de suma importância ao acesso entre regiões. Procurou-se também fazer um parâmetro do capital cultural da cidade e da escassez de documentos que tratam desses assuntos.

Palavras-chave: Martins, estradas, história, cultura, economia.

INTRODUÇÃO

A localização geográfica foi o que conferiu ao povoamento da Serra do Campo Grande, Martins (área de afloramento calcário do pré-cambriano, região semiárida do nordeste brasileiro), no início da colonização, uma dificuldade no acesso, pois sua elevada altitude, 745m de altura em relação ao nível do mar, se mostrou como um entrave. Sendo que as vantagens com a precipitação, formando um rio perene seguindo de norte a sul, e temperatura acabaram influenciando no interesse em povoar aquele lugar que se mostrou como um ambiente que os antigos portugueses buscavam para fugir do clima semiárido comum no sertão potiguar. (MANUEL ANOFRE JUNIOR, 2002).

¹ Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA, diecoast@outlook.com;

² Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA, jassiarq.alves@gmail.com;

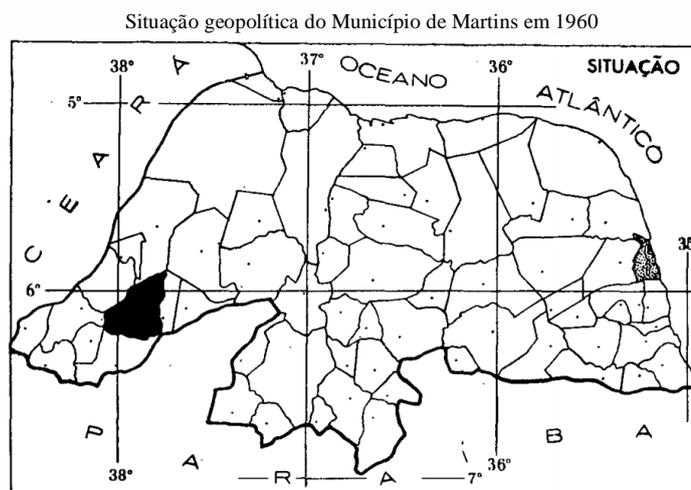
³ Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA, gabriel.leopoldino@ufersa.edu.br.

Seu povoamento se deu por volta do século XVIII, como dito por Manoel Onofre Jr, no livro “Martins: a Cidade e a Serra” (2002, p. 13), em consequência do movimento colonizador pela Ribeira do Apodi. Acontece que esse processo só foi possível com a abertura da primeira estrada, Treze de Maio – informação adquirida ao entrevistar Erian Leite Fernandes, diretor da rádio local. Posteriormente, por esse caminho se viabilizava o deslocamento da população e de mercadorias de subsistência entre Martins a Frutuoso Gomes, onde havia a estação ferroviária, o que propulsionava o desenvolvimento econômico. Esses fluxos permitiram a evolução do que viria a se tornar cidade do Martins, que desde sua fundação até meados do século XIX mudou significativamente. Compreender esse processo denota a importância do presente estudo. Realizou-se um levantamento da história local a partir de livros, artigos e revistas, assim como de fontes orais com pessoas de opinião abalizada, de forma a reconstruir um registro fidedigno de sua formação.

Embora tenha se mostrado de suma importância esse primeiro caminho – por ter possibilitado às primeiras atividades fundamentadas na pecuária, na pesca e na agricultura, tendo a mandioca como principal produto – se mostrou premente ao longo da história a necessidade de novas aberturas de comunicação. Em razão disso, em meados dos anos 1960, surgiu a primeira estrada asfaltada, Ladeira dos Vertentes, ligando Martins a Umarizal, que passou a ser bastante utilizada para cargas que necessitavam de transportes de maior porte, tais como caminhões e automóveis.

Esse ambiente de características serranas foi palco de revoluções indígenas, batalhas por domínio do território e até invasões de grupos cangaceiros, ocorrendo antes das sucessivas separações territoriais. Ainda experienciou períodos de secas disseminadoras, que impossibilitaram a agricultura, agropecuária e dizimaram milhares de vidas na região.

A história da cidade, colonizada por portugueses, transita em uma linha tênue entre fé e interesses políticos, o que dá ao povo martinense características culturais e religiosas peculiares. Celebraram com festividades acontecimentos históricos da política brasileira, como a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da república em 1889. Além disso, a população se caracteriza pela devoção ao catolicismo, justificada pela propagação do cristianismo no período colonial.



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Edição 17. IBGE (1960)

METODOLOGIA

Para coletar o máximo de informações fidedignas do contexto histórico, político, econômico e cultural da cidade norte-riograndense e fazer um registro da realidade foram buscados materiais bibliográficos de natureza científica, assim como foi realizada a coleta de dados em campo. Se fez uso de pesquisa bibliográfica e documentação direta em livros, artigos, revistas e periódicos, pertinentes ao assunto. O intuito deste estudo é mostrar em uma perspectiva histórica e contextual como se deu o processo de formação e desenvolvimento, evidenciando sua localização como fator importante para o agenciamento da estrutura territorial do Rio Grande do Norte, em especial por ocupar as regiões nos topos dos maciços (ONOFRE JUNIOR, 2012) e por possuir uma economia basicamente voltada para a agricultura, a pecuária de leite e corte, além de atividade turística no período mais frio do ano (BEZERRA et al. 2008).

Os detalhes abordados por diversos autores elucidam o desenvolvimento urbano de Martins. Merece destaque o trabalho do historiador Manoel Onofre Júnior, cujos estudos, segundo François Silvestre (CARTA, 1997), “tem a grandeza da simplicidade” ao narrar os fatos sobre o desenvolvimento do município potiguar, dando ênfase ao povo que ali chegou e contribuiu significativamente na formação da atual Martins. Esses povos levavam consigo parte da sua cultura, o que influenciou significativamente no enriquecimento do lugar. Foi feita uma abordagem abrangente desde a sua fundação, de município gozava de área maior do que a atual, permeando as diversas separações da então vila, em meados do século XVIII.

DESENVOLVIMENTO

O município de Martins localizado no oeste do estado do Rio Grande do Norte, na microrregião de Umarizal, inserida na mesorregião do Oeste Potiguar e distando 380 km da capital norte-riograndense, Natal, mostra-se como uma cidade serrana que possui altitude de mais de 700 metros em relação ao nível do mar, conferindo à mesma um clima agradável.

Para compreender como ocorreu o desenvolvimento urbano e social dessa cidade de características serranas é preciso entender os processos históricos em que esteve inserida ao longo das décadas, feitos estes que influenciaram na política, comércio e interações com as circunvizinhanças.

O início do Brasil colônia revela o interesse de exploração dos portugueses no recém-concebido território. Dessa forma, durante o início do século XVI, a extração de materiais do Brasil (pau-brasil e cana de açúcar) intensificou-se na região litorânea até que, por necessidades políticas e econômicas, fez-se necessária a divisão das terras em faixas territoriais, para maior controle das exportações e combate a invasores. Essas faixas ficaram conhecidas como capitânicas hereditárias e constituíram um sistema que trouxe alguns benefícios para a colonização do Brasil. Entretanto, segundo a historiografia, apenas duas foram bem sucedidas, a de São Vicente e a de Pernambuco, tendo como donatários Martim Afonso e Duarte Coelho, respectivamente. Estendiam-se do eixo extremo do Tratado de Tordesilhas até o litoral.

No caso da capitania do Rio Grande (do Norte), a colonização se restringiu, inicialmente, à área litorânea. O processo de povoamento do sertão norte-riograndense resultou, dentre outros fatores, da expansão da pecuária, “aos poucos, o gado que vivia solto (no litoral) foi sendo levado para o interior, abrindo uma nova fronteira” (TRINDADE e ALBUQUERQUE, 2005, p.43). Assim, o povoamento do perímetro da Serra do Campo Grande, local onde está inserido o município de Martins atualmente, se deu como consequência desse movimento colonizador, que visava o plantio de lavouras e criação de gado.

A localização é favorável à fertilidade devido sua proximidade com os rios, a salubridade do ambiente e a abundância da água na serra, além de serem fatores ideais para a vida humana, são propícios para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, o que despertou interesse dos colonizadores portugueses pelas terras.

Em julho de 1736, o então capitão-mor de aldeia de São João do Apodi dos Tapuias Paiacus (atual Apodi), Aleixo Teixeira, recebeu a carta data da sesmaria de terras no ponto alto

da serra, localizada entre os rios Apodi e Umari. No entanto, foi o português Francisco Martins Roriz, morador da Ribeira do Jaguaribe, que, ao tomar posse das terras, construiu no alto de uma das serras (Serra da Conceição) uma fazenda que viria a ter seu nome: Martins (MANUEL ONOFRE JR, 2002).

Os primórdios da fundação da cidade potiguar são envoltos por estórias e contos que perpetuam na cultura do município até os dias atuais, como conta com proeza o historiador e morador, Junior Marcelino. Segundo o martinense (e o que se comenta pelos antigos moradores da cidade), o capitão Francisco Martins teria perdido misteriosamente a esposa e fez uma promessa: ergueria uma capela no local exato onde a encontrasse, com ou sem vida. Tomado por esperança e desespero, a encontrou, às margens da lagoa dos Ingás, já em estado de putrefação. Ali Roriz fundaria a pequena capela consagrada à Nossa Senhora da Conceição, em 28 de abril de 1758, padroeira das causas impossíveis (Capela do Rosário).

Capela do Rosário em 1981



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Martins, 1981.

Entretanto, sabe-se que Roriz obtivera do Capitão-Mor Francisco Xavier Miranda Henriques, uma data de sesmaria, segundo sua petição para “plantar lavouras e criar gados”. “A fertilidade da serra atraiu grande número de lavradores portugueses e dentro de poucos anos

tornou-se um núcleo populoso” (SANTOS, 1981), foi batizada de Serra da Conceição pelo seu fundador, todavia, devido à popularidade de sua família, ficou conhecida como Serra dos Martins.

Até o fim do século XVIII, a região já abrigava um número considerável de moradores, segundo descreve o historiador português Aires de Casal (1817): “No fim do século passado havia já nesta serra (segundo dizem) quatro mil pessoas de comunhão”. Esse aumento significativo justifica-se pelo interesse dos portugueses em implantar ali suas lavouras. Além disso, o acesso às terras serranas nessa época fora facilitado. Segundo o relato do cronista J.C.R. Milliet de Saint-Adolphe em 1845, na segunda edição do seu livro “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil”: “As justiças de Porto-Alegre (Portalegre) [...] assentaram ali a sua residência e a estrada que vai da vila d’Aracati às cidades de Paraíba e de Pernambuco, sendo muito frequentada, adquiriu esta povoação uma certa importância comercial”.

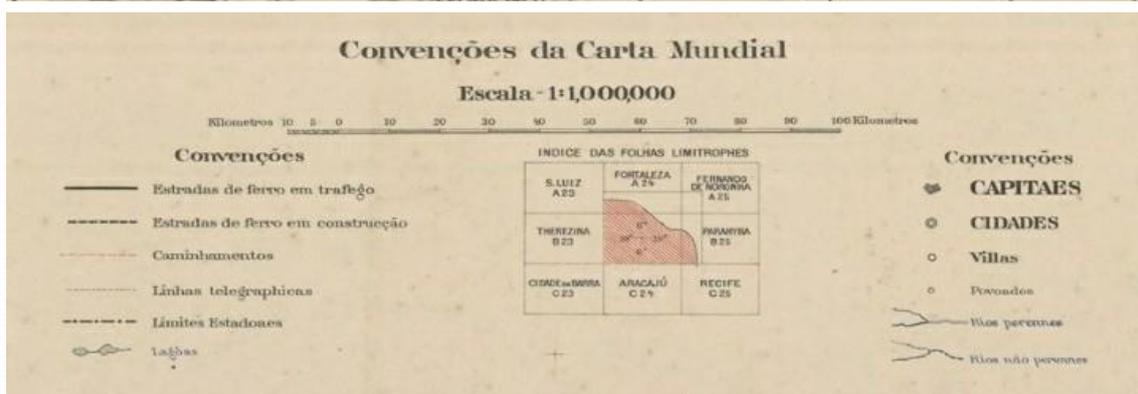
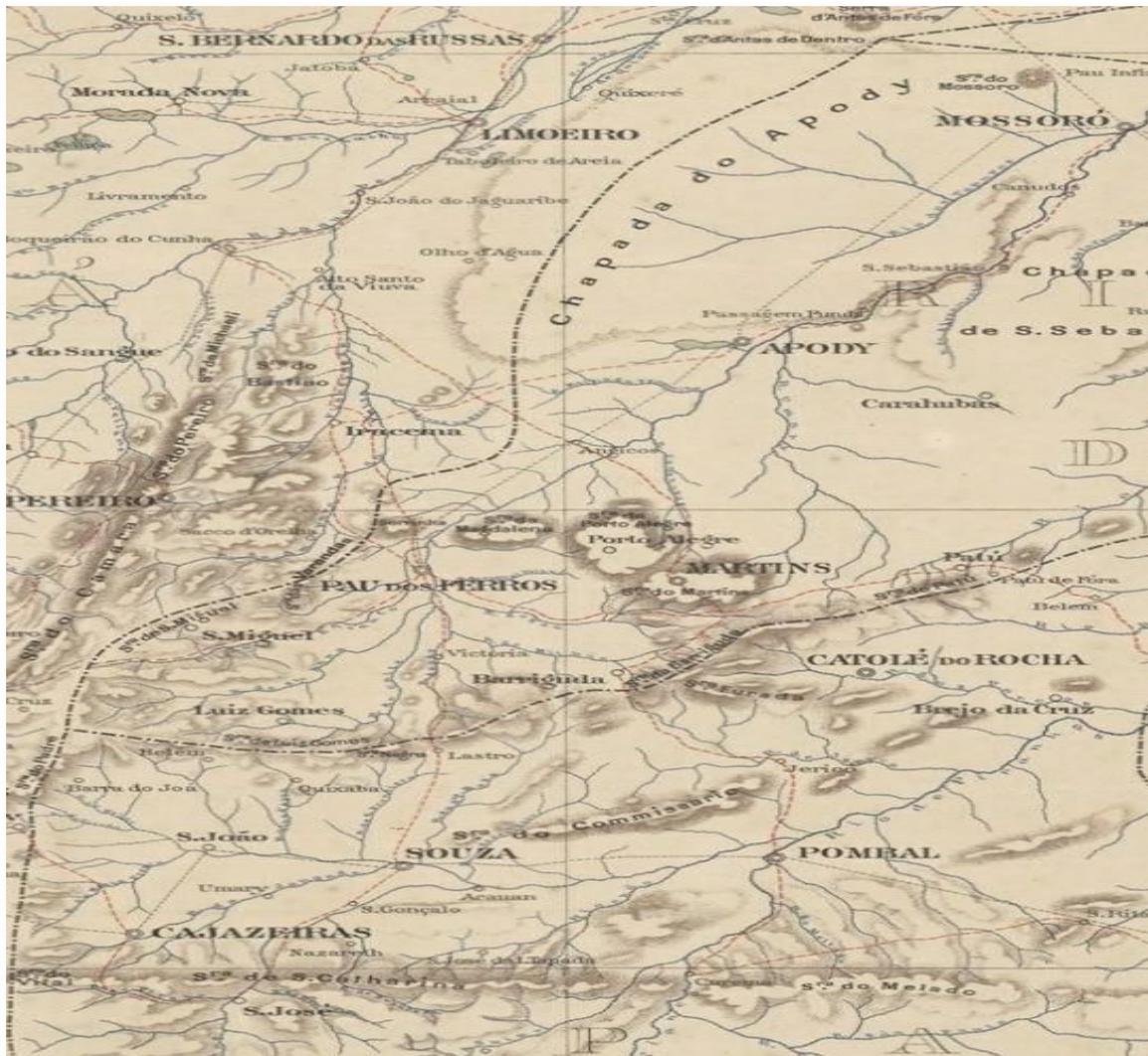
O decorrer dos anos e o contínuo crescimento tanto econômico quanto populacional resultou, com a Lei nº 71 de novembro de 1841, na elevação do então povoado ao status de Vila, Município e Comarca de Maioridade, evidente homenagem ao ato que tornou possível a coroação de Dom Pedro II no ano anterior. Consequentemente, foi desmembrada da Comarca de Portalegre. Nesta época, a então vila abrangia as terras da região serrana do oeste potiguar de Alexandria (no sul da região) até Umarizal (ao norte), estendendo-se até Patu (ao leste). Depois de um tempo foi reconhecida como cidade e passou a se chamar Imperatriz, através da Lei nº 168, homenageando a soberana do Brasil, D. Tereza Cristina, no ano de 1847.

Pode-se afirmar que o século XIX, trouxe consigo tristes episódios para o povo martinense. Pois embora apresente um clima agradável, foi por vezes, assolado pelo fenômeno das secas que afligiram a região (Relatório Provincial do Rio Grande do Norte, 1896). Por isso a economia da cidade passou por extrema fragilidade, impossibilitando, de certa forma, as trocas comerciais com os municípios circundantes, além de prejudicarem também a agricultura de subsistência. A intensificação da crise climática se refletiu na perda de centenas de vidas pelo agravamento da fome e miséria, segundo a redação de 1904 do jornal “Comércio de Mossoró”, excertos extraídos do livro “Martins: a Cidade e a Serra” de Manoel Onofre (2002): “Já pereceram de fome diversas pessoas e continuarão a ser presenciados todos os dias. [...] O nosso comércio desapareceu completamente”.

Esse avanço socioeconômico contribuiu para desmembrar alguns municípios, tais como Patú (25 de setembro de 1890), Alexandria (07 de novembro de 1930), Umarizal (27 de novembro de 1958), Antônio Martins (08 de maio de 1962), Mineiro (Frutuoso Gomes) (20 de dezembro de 1963), Lucrécia (27 de dezembro 1963) e Serrinha dos Pintos (30 de outubro de 1993) (MANOEL ONOFRE JR., 2002).

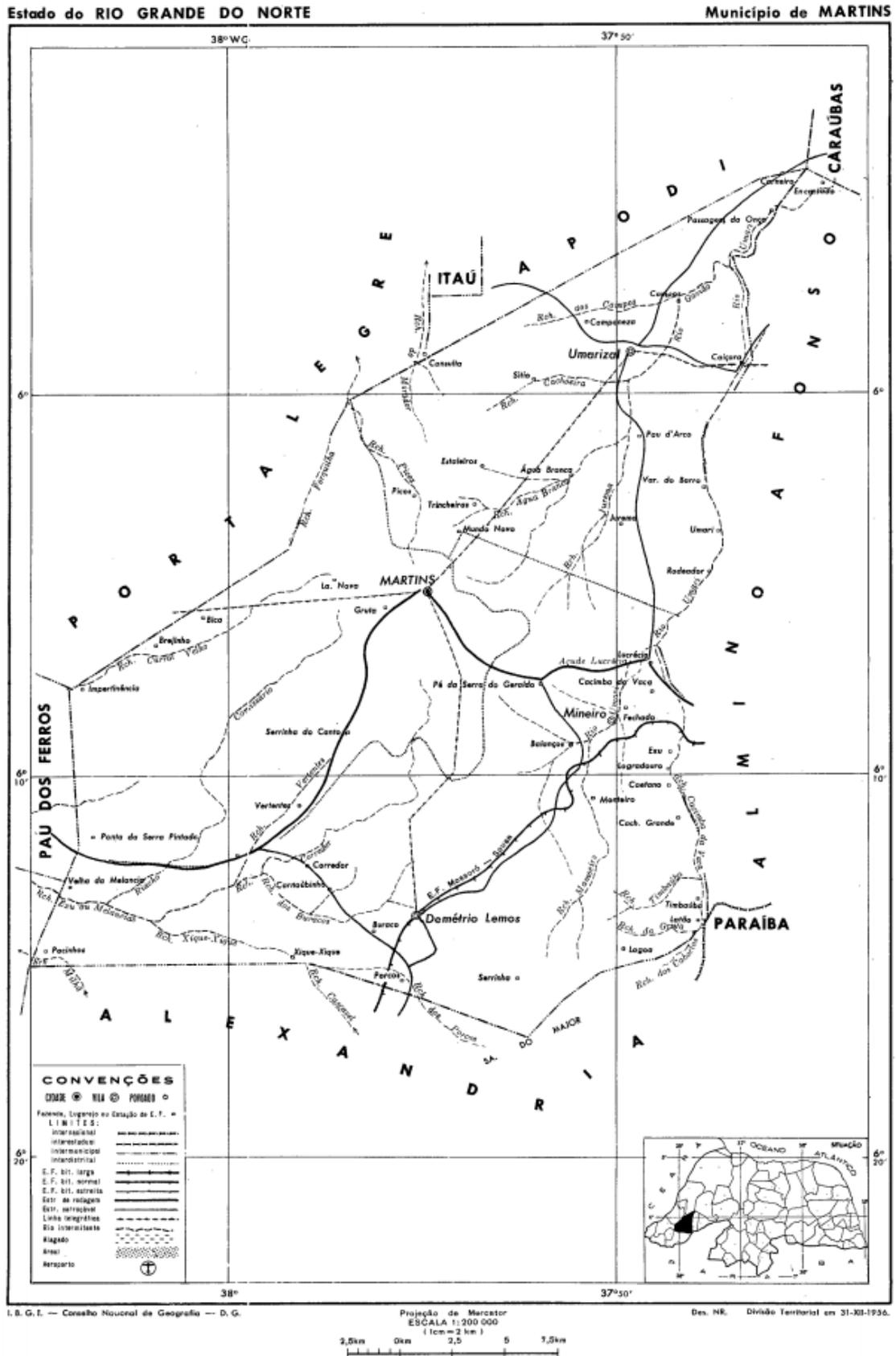
No entanto, era preciso que as estradas passassem a ser motivo de preocupação, pois as viagens para comércio e mobilidade da população se tornaram cada vez mais corriqueiras. Mas foi apenas na década 50, com a precariedade da malha viária que se pensou em buscar novas aberturas alternativas à Treze de Maio – que ligava Martins a Mineiro (Frutuoso Gomes) –, tais como a Ladeira dos Vertentes, que passou a ser a mais usada, pois tinha condições de suportar transporte com grandes cargas e ainda possibilitava acessar outros lugares. Eram estradas que se caracterizavam por favorecer o comércio intermunicipal.

Mapa do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba



Fonte: Ministério de viagem e obras públicas, 1910

Estradas do Município de Martins em 1960



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE, 1960

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fertilidade da Serra foi parte do que atraiu os lavradores portugueses, contando ainda com um clima que não era propenso às doenças da época, tais como cólera morbos e febre amarela, o que influenciou no interesse de permanência. Ainda assim, existiam limitações nas questões de acesso ao local devido à precariedade da malha viária. Foi com a abertura das estradas que o acesso à então Vila de Martins foi possibilitado, posteriormente sendo interligada ao que viria a ser BR 226, partindo de Patu e, posteriormente, a principal via de acesso à Serra. Concluiu-se também a RN 117 que possibilitou a atenuação dos problemas relacionados ao transporte através da Serra do Martins, pois permitiu ligá-la à cidade de Mossoró e em seguida à capital, Natal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve o intuito de indicar que o desenvolvimento socioeconômico de Martins não se deu de maneira imediata, ficando evidente que não foi necessário buscar soluções cabíveis para sanar todo e qualquer entrave existente. Pensando nisso foram aplicados projetos flexíveis, buscando adequar de acordo com as necessidades do município, proporcionando condições favoráveis para continuar o seu processo de crescimento. Após a abertura das estradas foi possível dar continuidade às primeiras atividades econômicas da capitania, fortalecendo suas atividades de subsistência, tais como a pesca, a pecuária e a agricultura, além de permitir o abastecimento da vila e seu posterior desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ONOFRE JR, Manuel. *Martins a cidade e a serra*. ed. 2. Natal: Offset Gráfica e Editora Ltda, 2002.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra; ALBUQUERQUE, Geraldo José de. *Subsídios para o estudo da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

IBGE. *Conheça cidade e estados do Brasil*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/martins/panorama>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

IBGE. Cidades do meu Brasil. *Município de Martins*. Disponível em: <<https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/rn/martins#historia>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

JUNIOR, Marcelino. *Bem vindo a Martins*. Disponível em: <<http://www.martins-rn.com.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

ANTUNES, Luiza. *Os dez maiores períodos de seca no Brasil*. Superinteressante. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/blog/superlistas/os-10-maiores-periodos-de-seca-no-brasil/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FERREIRA, Jurandir Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. ed. 5. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

FERREIRA, Jurandir Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. ed. 17. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

CASAL, Manoel Aires de. *Corografia Brasílica*. Primeira Edição. Rio de Janeiro, 1817.

SANTOS, José Alves dos. *Martins*. Edição única. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1981.